

não para debater a Lei 8120, que é muito novo para nós, até solicitaram aqui BRT. E, realmente, hoje a Guarda é responsável por duas modalidades de fiscalização do sistema do BRT, e a evasão de tarifa, o famoso calote, e também o vagão feminino. Assim como há no metrô, agora estabeleceu-se que haja o vagão feminino também no BRT. E uma lei recente aliás, um decreto recente, que está nos dando muitos problemas para cumprir.

É o que eu falo, assim, o agente garantidor, a pessoa que vai fiscalizar, ele é ignorado no momento da elaboração da lei. É lógico, nós sabemos que os legisladores isso é prerrogativa deles, mas não se vê lá na frente como isso vai ser cumprido. É igual à regulamentação aqui que o nosso Deputado Minc falou, existe a lei mas tem que haver regulamentação e a regulamentação, devido à hierarquia das leis, ela não pode sobrepor à lei. Só que hoje nós temos um grande problema na cidade do Rio de Janeiro. Na minha área, Trânsito, o artigo 255 do Código de Trânsito Brasileiro ele estabelece a sanção para o ciclista que transgredir o que está previsto no artigo 255, só que não existe regulamentação. O Contran, através da Resolução 706, pretendia fazer essa regulamentação. Aí houve em 2018, houve a Resolução 731 que postergou para março de 2019 e agora em 2019 nós tivemos a Resolução do Contran 772 que revogou a Resolução 706. Enfim, o artigo 255 não está sendo regulamentado.

Então o agente garantidor, o Guarda Municipal, nós temos um trabalho de conscientização na orla do Rio. Eu já estive perante o Ministério Público para justificar quais eram as ações da Guarda. Nós temos a Lei 13.531 que estabelece que, na área de lazer da orla do Rio só pode trafegar com bicicleta crianças com até um ano, desculpe, oito anos, e as demais devem trafegar pela ciclovia. E a gente é cobrado por isso. Nós já distribuímos mais de 45 mil panfletos em campanhas de conscientização, porém, a gente não pode penalizar ninguém porque não há regulamentação do artigo 255.

E voltando ao BRT, agora existe a lei de que todos os assentos são preferenciais. Como o guarda vai chegar, como é que vai ser? Se eu for ali no nosso amigo Wildson e pedir para ele se levantar, o guarda está sendo preconceituoso porque é um negro. Se for, o outro cidadão está sendo preconceituoso porque é evangélico, porque é baixo, magro, alto, ou seja, o agente garantidor ele tem muitos problemas para poder fazer cumprir algumas legislações. Então a gente está debruçada lá, o nosso Secretário tem conversado com o Prefeito para ver se a gente consegue ter um norte para poder garantir o cumprimento dessa lei.

Assim, se causou algum desconforto na atuação dos senhores, eu peço desculpas aqui. Gostaria imensamente aqui, em nome da Comandante Tatiana, de convidá-los para uma reunião na Guarda Municipal, porque a gente precisa entender melhor esse cenário, até para poder difundir e orientar os nossos 7.500 guardas. E a lei que estabelece a Guarda Municipal no seu artigo 19 é o nosso código de conduta, é o nosso regulamento disciplinar.

Então, eu digo aos senhores, qualquer guarda que tenha qualquer desvio de conduta maltratando os senhores no exercício da profissão em via pública, por gentileza, Avenida Pedro Segundo nº 111. Nós temos lá a nossa Corregedoria e a nossa Ouvidoria, e o nosso regulamento disciplinar ele é severo. A gente não passa a mão na cabeça de ninguém.

E colocar aqui a nossa Guarda Municipal do Rio de Janeiro à disposição para todos que precisarem dos seus préstimos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Obrigada. Um gostaria de perguntar ao capitão Poeys se gostaria de fazer algum comentário

O CAPITÃO POEYS - Exmº Presidente, demais Parlamentares presentes, artistas, senhoras e senhores, bom dia para todos. Eu represento o Secretário de Estado de Polícia Militar. A Polícia Militar está diante de uma lei sancionada, em vigor, que está passando por um processo de regulamentação, mas a lei está em vigor. É papel da Polícia Militar na figura de seus agentes, os policiais militares, fazê-la cumprir. E aí eu digo para os dois lados: se o artista está amparado pela lei no livre exercício do direito dele, o policial não pode intervir nisso. Qualquer coisa em descompasso nessa toada, temos os meios legais para agir nessa ação individual daquele policial.

Então, fica da mesma forma que foi colocado pelo colega da Guarda Municipal nós, da Polícia Militar, estamos abertos para conversar o que julgarem necessário. Mas a lei está em vigor. Ela deve ser cumprida.

Um outro ponto também que foi tocado de forma superficial não tem a ver com o tema, mas eu gostaria só de fazer uma observação, que foi com relação a coibir os bailes funks. Realmente, a Polícia Militar atua. Ouso dizer que centenas de bailes irregulares são proibidos, mas por uma questão de estratégia não é conveniente que a gente entre em determinada comunidade com um baile irregular em movimento acontecendo. O efeito colateral dessa ação é muito danoso. A própria Justiça nos ampara com relação a isso. Então, a gente coibe, sim, dentro de uma questão razoável no que for possível evitando danos colaterais para todos os lados.

Fico por aqui. Um bom dia para todos.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Passo a palavra, agora, para deputada Dani Monteiro.

A SRA. DANI MONTEIRO - Obrigado, Sr. Presidente. "Na parede de um boteco, em Madrid, um cartaz avisa: proibido cantar; na parede do aeroporto do Rio de Janeiro um aviso informa: é proibido brincar com os carrinhos de porta-bagagem, ou seja, ainda existe gente que cante; ainda existe gente que dance" Eduardo Galeano.

Que bom que estamos numa audiência pública debatendo arte nos transportes públicos. Veja só a gente está num país onde sessenta mil jovens são assassinados por ano. Para que não fique dúvida: a maior taxa de homicídio disparadamente do mundo. Estamos falando do país que tem treze milhões de desempregados e quarenta milhões de pessoas no subemprego. Estamos falando do país que tem doze milhões de pessoas que passam fome - morrendo de fome.

Que bom que estamos falando sobre oportunidade de emprego, cultura e arte. Que bom, porque este país está indo para o buraco. País que a gente ainda precisa debater e dizer que há gente que cante, há gente que dança, há gente que faz essa arte nos transportes públicos. Isso é fundamental para a sobrevivência da nossa sociedade.

Aí, quero reivindicar a palavra enquanto estudante de Ciências Sociais, mas futura Antropóloga, futura Socióloga, futura Cientista Política, que a arte é cultura fundamental para a sobrevivência da humanidade. A cultura é a nossa capacidade de se relacionar com o meio, com o social. As regras que a gente estabelece não existiam: andar vestido; só pode entrar de calça. Essas coisas foram existindo com o tempo. Quem disse que a humanidade precisava andar vestida? A gente tem pelo por todo o corpo que teoricamente já é a nossa proteção natural. Pessoas africanas tem um cabelo crespo para proteger do sol forte da África. Pessoas europeias de cabelo liso o tem para proteger do frio. Então, a gente está falando de aspectos culturais que são sociais, que são biológicos, que são psicológicos, mas que são, acima de tudo, coletivos. Então, a cultura é a capacidade da gente viver em sociedade. E que sociedade grande o somos: somos doze milhões de brasileiros; somos doze milhões de fluminenses. É difícil mesmo pensar algo que sirva a todos, mas a gente tem que entender que todos esses aspectos são prioritários da cultura. E a cultura é o processo que coloca a sociedade à frente.

Cheguei aqui atrasada à audiência. Peço desculpa, mas cheguei no grande debate: o que é cultura? O que arte? É o que está à frente da sociedade sempre. Van Gogh morreu sem vender um quadro. Picasso só foi ser o maior pintor, com as maiores pinturas, depois de morto. Esses caras não eram reconhecidos no seu tempo histórico. E, hoje, artistas de grande valor como a MC Martina, que não está aqui na Mesa, mas que está ali do lado - vejo aqui outros artistas também importantes, e não estou diminuindo, estou falando de uma artista que pessoalmente eu conheço -, está à frente do nosso tempo. Daqui a 50, 100 anos, quando historiadores e cientistas sociais foram novamente na academia, como eu, estudar o que a gente estava fazendo hoje em dia, como sobreviver no Brasil nos tempos de crise, a gente vai estudar MC Martina, como hoje se estuda o samba

para entender o que era o Brasil pós-abolição, no período de expansão da cultura popular. É disso que a gente está tratando aqui, a gente está tratando do que está à frente da nossa sociedade.

Quero saudar todos aqui, em especial os agentes de segurança. Sou da Comissão de Cultura da Casa e presido a Comissão Especial de Juventude; os agentes de segurança são sempre os que estão presentes nas audiências públicas, e esses são os espaços fundamentais. Tenho profundas divergências com diversos agentes, inclusive aqui sobre o já citado armamento da Guarda, mas acho isso aqui fundamental e valorizo o que tem sido a atuação da parte de segurança do Estado, que sempre comparece às audiências, que sempre vem aqui e que tem até a tranquilidade de alguma forma de expor pensamentos que, muitas vezes, são profundamente divergentes. Então, saúde a presença de todos, saúde também a presença dos que representam os empresários de um serviço público hoje, que são os transportes. Este é um primeiro passo fundamental, mas eu quero novamente chamar à reflexão do que estamos debatendo aqui: a sobrevivência de artistas, a expressão da arte popular nos seus aspectos mais realísticos no transporte público; e, por fim, a vida do cidadão fluminense. É uma vida muito difícil, em especial nos transportes públicos. Eu tenho 27 anos de idade e pela minha vida toda eu peguei todo tipo de transporte público, e apenas transporte público; então, peguei já mototáxi, barca, charrete, já fiz de tudo na minha vida - fiz a minha campanha, inclusive, apenas pegando transporte público. Então, conheço bem. Tenho família que mora na Baixada Fluminense, tenho familiares que moram na Zona Oeste; eu conheço que o transporte público do Rio de Janeiro e não estou falando nada demais. Acho que qualquer pessoa que esteja fora dessa sala com muita tranquilidade também o conhece.

Estamos falando de um transporte que é coletivo e é um processo coletivo sofrido para a população, porque uma pessoa, um trabalhador que trabalha no centro do Rio de Janeiro e mora na Baixada Fluminense ou na Zona Oeste tem pela frente pelo menos três horas de transporte público por dia para ir e voltar do trabalho, em condições degradantes que nós já conhecemos. Para esse trabalhador, muitas vezes, a arte que levam aos vagões é o único acesso à cultura; essa expressão da Cultura que é a arte, muitas vezes é a única expressão artística aquele trabalhador tem na sua vida. Eu já vi de tudo: Hino Nacional na gaita; já vi b-boy virando a perna em cima daquela coisa de mão; já vi gente cantando, dançando. Mas em nenhum momento vi cenas de violência que tenham colocado em perigo tanto o artista, quanto os profissionais de segurança do Metrô e também a população. Acho que se houver a gente precisa relatar com mais precisão. Aqui estamos falando de poder público, de agente que concessionaria um direito público. O povo pode especular, o povo pode chegar e falar que pode dar ruim, que acha que é inseguro, mas a gente trabalha com dados: quais são, de fato, os perigos, a insegurança que causam a apresentação desses artistas nos transportes? Aí a gente precisa falar em números. Não é porque se tiver um aviso sonoro pode... Não, gente! A gente é poder público; especulação o povo faz, e a gente trabalha que a partir da especulação do povo.

A gente já viu de tudo nos transportes. A gente sabe que toca uma música clássica calma, que ajuda às vezes o nosso coração. Quando teve a Copa do Mundo aqui no Brasil eu lembro que, quando ia chegando na estação do Maracanã, tocava uma vinheta; no primeiro dia eu achei ótimo, na décima segunda vez que já estava: "Gente, que vinheta!", mas tocava, tocava música e as pessoas gostavam. Eu não aguentava mais, mas todo o mundo que eu via, os turistas ouviam, entravam no metrô, ouviam aquela vinheta e iam o Maracanã chegando, pareciam crianças no Natal. Imaginem isso no ao vivo, no cara a cara. No limite, a gente tem que entender que aqui não está tratando de algo que ameace a vida das pessoas. A gente está tratando de algo que valoriza, que enriquece a vida das pessoas.

O SR. CARLOS MINC - Alegria e relaxa.

A SRA. DANI MONTEIRO - Exatamente. Eu acho que é isso que está colocado nesta audiência e é disso que a gente precisa tratar. Hoje já é lei. Regulamentação é uma questão mínima. Isso já é lei, já está colocado. A gente não está pensando para além do que está aqui. Agora, de que forma a gente pode implementar essa lei da melhor forma possível e não só para nós, mas em especial para o trabalhador que está sentado - melhor, que está em pé, porque é difícil ir sentado -, está ali em pé e ouve aquela arte. Porque, de resto, as coisas se ajustam. Artista entra ali para expor sua arte e ganhar dinheiro. Ele sabe que, às 18h, ele vai ganhar um tapa na cara se ele tentar puxar um violão para tocar alguma coisa. Não tem espaço. E isso é a sociedade, isso é cultural, isso é as pessoas se organizando, porque um artista que entrar às 19h30 num vagão, ele não vai conseguir se apresentar e isso não precisa ser feito a partir de uma cena de violência. Não há espaço, as pessoas sabem, elas frequentam esses transportes.

Não precisamos teorizar sobre coisas que não estão acontecendo, porque já estão. Esses artistas já se apresentam antes e agora principalmente com a lei isso já acontece. De que forma a gente pode tornar isso melhor possível?

Abri com Galeano, fecho com um artista que me é muito especial, do Nordeste, de Pernambuco, terra boa, bruxo lendário do Norte que fala que a arte é que muda tudo, o mundo ser arte é mudo, a arte é maior que tudo, a arte é maior que o mundo.

O SR. CARLOS MINC - Que beleza. Muito bom, Dani.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Obrigado.

O SR. CARLOS MINC - Muito pertinente, Eliomar, numa questão sobre arte, a Dani abrir e fechar com expressões artísticas também.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Vamos ouvir o José Augusto, assessor da Secretaria de Estado de Cultura e de Economia Criativa.

O SR. JOSÉ AUGUSTO - Sr. Presidente Eliomar Coelho, Deputado Carlos Minc, Deputada Dani Monteiro, Deputado Dionísio Lins, também passou por esta Casa a Enfermeira Rejane, Deputado Luiz Paulo, todos os representantes dos órgãos públicos, Secretaria de Transportes, representante do secretário de Polícia Militar, da Guarda Municipal, das concessionárias de transportes, da Ordem dos Músicos, dos segmentos artísticos, Denise Acquarone, nossa coordenadora de dança da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, eu gostaria de destacar que a dinâmica da história das cidades brasileiras passa pelas manifestações culturais dos artistas populares que milenarmente ocupam os espaços públicos.

É bom salientar que a pessoa que cria, que interpreta ou executa uma obra de caráter cultural ou de qualquer natureza, para efeito de exibição e divulgação em espaços públicos, tem o exercício da sua arte garantido nos Incisos IX e XIII do Art. 5º da Constituição Federal, que estabelece a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica, de comunicação, independente de censura e licença.

Estou aqui hoje representando a nossa Secretaria, em nome do secretário Ruan Lira, que busca sempre o diálogo com esta Comissão, cooperação e atendimento a tudo o que for designado em prol dos projetos culturais do nosso Estado do Rio de Janeiro.

Eu iria pontuar aqui também, Sr. Presidente, a questão do avanço que foi a lei do Deputado André Ceciliano, a Lei 8.120/2018, que regulariza os artistas populares em transportes públicos, que foi publicado em Diário Oficial de 29/09/18, que regulamentou a manifestação cultural nas barcas, trens, metrô, sendo um avanço no respeito aos nossos artistas, na sua valorização, esses heróis de cada dia que nos levam cultura diariamente para todos nós. Eu iria pontuar alguns termos, mas depois do esclarecimento, da forma categórica que o Deputado Carlos Minc pontuou aqui nesse debate, assim, foi esclarecido todos os temas e veio luz a muitos contraditórios até então, antes do debate dessa audiência.

Então, parabenizar, Deputado Carlos Minc, a sua categoria mais uma vez, na condução dessa lei de autoria do Deputado André Ceciliano que, se não fosse também a colaboração dos pares, não estaria dessa forma que o deputado assim colocou. E aqui, como representante do Sr. Secretário Ruan Lira... O Secretário Ruan Lira preza muito pela eficiência, ele preza também pela participação, pela colaboração. Então o nosso intuito aqui, enquanto representante da Secretaria de Cultura, é ouvir toas as demandas, para, aí sim, depois,

dentro de um acordo, poder ajudar nas decisões, nos grupos de trabalho a serem montados, ouvir o questionamento por parte do Thiago, em relação a que procurou a Secretaria de Cultura, eu não sei se foi a municipal ou a estadual, mas já me coloco, em nome do Secretário Ruan Lira, para convidá-los, todos, a comparecer à Secretaria de Cultura e, de uma forma, poderemos estar cooperando, cada vez mais, com as políticas culturais em nosso Estado do Rio de Janeiro. Parabenizo, Presidente, a postura, a forma exemplar com que V. Exa. vem conduzindo os trabalhos, por parte da Comissão de Cultura. Me honra muito fazer parte dessa comissão, representando a Secretaria de Cultura, com esse dinamismo eficaz, sempre em busca das políticas culturais, voltados para o maior patrimônio, que são os artistas.

Então gostaria de parabeniza-lo, Presidente, mais uma vez e pedir a quebra do protocolo e passar para uma breve fala da nossa Coordenadora de Dança da nossa Secretaria de Cultura, a Denise Acquarone. Se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Com a palavra, a Denise.

A SRA. DENISE ACQUARONE - Boa tarde a todos. Muito rapidamente cumprimentar os nossos queridos deputados e todos os presentes, e principalmente os artistas, que é o foco principal.

Rapidamente: sou coordenadora estadual de Dança. Utilizo o metrô e outros meios públicos de transporte, e sempre, sempre, quase que diariamente encontro algum tipo de manifestação artística; para meu grande prazer geralmente é a dança, que particularmente me cabe. E realmente nunca presenciei nada que viesse a causar nenhum tipo de desconforto, nem colocasse em risco absolutamente nada. Gosto não se discute, cada um tem o seu.

Mas, enfim, praticamente, de uma forma bem prática, nos colocamos, reitero as palavras do meu colega e estamos à disposição da Secretaria para conversar com vocês. Estejam à vontade. A Secretaria está sempre de portas abertas. É só chegar: rua da Quitanda, 86 - 8º andar.

Meu nome é Denise Acquarone. Eu trabalho na Superintendência de Artes, que reúne dança, teatro, circo, música e artes visuais. Estamos à inteira disposição. E já nos colocamos à disposição, se for interessante, a questão do cadastro, que é uma coisa bem, bem bacana. A gente tem diversos instrumentos para isso, para ajudar, inclusive nas concessionárias, se for o caso. Sempre lembrando que seria um cadastro que absolutamente não estaria aqui para discutir quem é artista ou deixa de ser, qual forma de arte interessa. É arte de modo geral, é um cadastro apenas para auxiliar na questão da presença dos artistas, nos transportes e assim por diante.

Então, estamos inteiramente de portas abertas a receber e a participar no que for possível para esse diálogo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Obrigado. Olha, a Paula, da Secretaria de Transportes, ela já se comprometeu a colocar, realmente, para valer encaminhamento aí do grupo de trabalho da regulamentação. Nós queremos acompanhar, nós queremos participar naquilo que for possível, queremos receber os informes, como é que está sendo o encaminhamento. O que depender aqui de nossa parte, da Assembleia Legislativa, a gente se coloca à disposição. Assim como a gente também se coloca à disposição, e gostaríamos que nesse grupo de trabalho, realmente tivesse a participação efetiva da representação dos artistas que trabalham nos transportes.

O SR. CARLOS MINC - Como aliás, a lei determina.

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - O Estado do Rio,

O SR. ALEXIS MARTINS - Muito bem colocado. Muito bem colocado.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Pois não.

O SR. WILDSON FRANÇA - Posso, só um instantinho, é importante e eu gostaria de falar que está se falando sobre a segurança das pessoas. Eu me coloco à disposição, como artista, principalmente, da Supervia, se quiser, para exibir a imagem do palhaço, por uma questão educativa. Porque eu não vejo problema de segurança durante as apresentações, com o público, não. Mas às vezes o público nem sempre é tão educado, entre eles.

Quantas vezes, como palhaço, eu cheguei falei: um momento por favor de atenção. Um cavaleiro pode ceder o lugar a esta senhora idosa? Olha só, esta senhora está grávida, precisa de um lugar. Porque a gente esquece do mínimo, senhoras e senhores. Às vezes até mesmo os vendedores, os ambulantes estão passando, a gente inventa que é um comercial. Fica cantando musiquinha, tam tam tam tam tam tam tam tam, que é exatamente, para que eles possam fazer o serviço deles.

Eu queria contar rapidamente uma outra história, rápido, que eu fui assaltado. A minha mala foi perdida, a mala de um Palhaço. Eu voltei para casa vestido de palhaço. Deu uma grande representação, acho que eu estava falando com você, pelo Facebook, sobre o assunto. (Esqueci qual é o seu nome. Ah, Lina) Depois do caso, porque vocês imaginam, assaltarem até um palhaço! Foi furtado. E, engraçado, não foi no Japeri, muitas pessoas me conhecem, os vendedores me conhecem. Não foi no Gramacho, que muitas pessoas me conhecem, os vendedores me conhecem. E foi no Deodoro. Onde muitas das vezes as pessoas se colocam como se vissem na Zona Sul, como se as pessoas estivessem com muito mais poder aquisitivo ou, desculpem, a Europa, porque as pessoas não gostam de ter tanto contato. Há muita gente que coloca no elevador, mas, eu acho que nem tanto. Eu gosto do pessoal do Japeri. Japeri a Paracambi tem muitas pessoas lá, ser humano, como fala o Zeca Pagodinho.

Então, realmente, com muita eficiência, eu estive de novo no Deodoro, continuei minha função e a minha mala foi encontrada. Porque a pessoa furtou a minha mala, colocou novamente no vagão. E aí, no desespero, acabei vendo que um funcionário da SuperVia estava em Deodoro com a minha mala. Então eu acho que não é uma questão de segurança quando você pensa sobre o ambiente durante o trajeto, mas, sim, que, também, era importante que a gente pensasse que a gente pode ter um diálogo maior sobre esse assunto.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Eliomar Coelho) - Paula.

O SR. PAULO - Bom, de novo, cumprimentando aqui os deputados que chegaram e depois eu também chegando depois. Como eu havia dito, de fato, houve um grupo de trabalho que acho que durou 3 meses, ele terminou em março e como, também, já falei não cabe aqui, pensar no que que a gente fez? A gente recuperou as atas. Entendo que, também, não estava lá presente uma totalidade de artistas que a gente entende que, nesse momento, deveria estar. Então, eu não sei se houve uma ata da audiência... eu não sei nem, enfim. Então, se rodou de a gente ter acesso.

Apesar do Deputado Carlos Minc falar da consideração de que a ALERJ não deveria estar dentro do grupo de trabalho, isso precisa ficar claro, se vai ficar ou não vai ficar, porque o que ouvir aqui de fato, vão ser mandados os nomes, então, só queria entender. Como que a gente procede nisso.

A Secretaria de Cultura, com certeza, precisa fazer parte. Acho que essa ideia que foi dada, a sugestão que foi dada pela Denise, desse cadastro ser por meio da Secretaria de Cultura, pode ser, uma, uma...

O SR. CARLOS MINC - Permita-me uma sugestão para ver se os Deputados Eliomar e Dani concordam? Poderia ter um meio termo. Nós proporíamos assessores técnicos. Então, não seriam os deputados - a nós cabe fiscalizar - mas, seriam técnicos ligados à comissão que apoiariam o trabalho conjunto. Então, ficaria uma coisa onde, de alguma maneira, teria uma presença, mas não seria dos Deputados. Temos que manter nossa independência, para poder depois criticar, questionar, fiscalizar. Mas, técnicos, na qualidade de técnicos, poderíamos nos ajudar onde coubesse.

O SR. PAULO - Então, está anotado aqui. Teremos um técnico na Comissão de Transportes, outro da Comissão de Cultura, além da Secretária, dos representantes dos artistas. E o prazo que a gente vem trabalhando são três meses, mas para fechar.

O que entendi é que são os dois pontos. Um é a questão de Segurança - a gente precisa entender direito o que é isso, se existe norma, por exemplo. A questão das embarcações, a Capitania dos Portos fala alguma coisa sobre isso? Tem regra? Não tem regra? En-